



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara de Vereadores de Barra do Ribeiro

Protocolo Geral

PROJETO DE LEI

Nº 006/2017

Recebido	A Plenário	Aprovado	Remetido
<u>09 / 01 / 2017</u>	<u>12 / 01 / 2017</u>	<u>12 / 01 / 17</u> Resultado da Votação: <u>Unanimidade</u>	<u>13 / 01 / 17</u> OF. Nº 02 / 17

Ementa: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR TEMPORARIAMENTE PROFESSORES NÍVEL I, NÍVEL II, NÍVEL III, SERVENTES, ATENDENTES DE CRECHES, MERENDINA, OPERÁRIO, MOTORISTAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Observações:

Remetido para Comissão: _____

em ____ / ____ / ____

Reunião das Comissões ____ / ____ / ____

Solicitação de Parecer _____

Apresentada Emenda pelos Vereadores

Dione Cortez e Pedro Silvestre - Rejeito

da 6x2.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

PROJETO DE LEI N.º 060/2017

Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências.

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente os seguintes cargos, conforme art. 230 a 234 da Lei Municipal n.º 793/1990

Número / Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal
15 Professores Nível I	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 918,48
25 Professores Nível II	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 1.134,35
15 Professores Nível III	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 1.401,01
18 Atendentes de Creche	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 789,48
08 Serventes	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 743,70
01 Merendeira	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 789,48
05 Operário	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 633,04
03 Motorista	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 975,12

Parágrafo único. O prazo da contratação temporária é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do Contrato Administrativo e o mesmo poderá ser renovado

por igual período, ou ser rescindido a qualquer momento pela Administração, de acordo com o interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotações orçamentárias próprias.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO, em 06 de Janeiro de 2017.


JAIR MACHADO
Prefeito



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

JUSTIFICATIVA

A contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público – art. 37, inciso IX, da Constituição Federal – necessidade de expressa previsão em lei – A regra geral, prevista no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, é que a contratação por ente público seja realizada mediante concurso público. O inciso IX, do referido art. 37, contém norma excepcional, que autoriza a edição de lei que estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, esta norma foi recepcionada pela legislação local, art. 230 a 234, da Lei n.º 793/90, que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

O presente Projeto de Lei que propõe autorização do Poder Executivo para a Contratação Emergencial considerando a necessidade de contratação temporária se deve ao fato de não haver profissionais suficientes no quadro de carreira para atender a demanda existente e suprir possíveis ausências em decorrência de aposentadorias, readaptações e licenças de qualquer natureza junto as unidades de ensino municipal.

Por estes motivos é que apresentamos o presente Projeto de Lei para apreciação desta egrégia Câmara de Vereadores.

Barra do Ribeiro, 06 de Janeiro de 2017.


JAIR MACHADO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO**

"Nossa terra, nossa gente, a mais bela e mais querida."

Parecer Jurídico referente ao Projeto de Lei n.º 006/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências:

A Lei Municipal n. 793/90, Regime Jurídico dos Servidores do Município, em seus Arts. 230, 231, 232 assim dispõe:

Art. 230 - Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.

Art. 231 - Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a:

I - atender as situações de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em Lei específica.

Art. 232. As contratações de que trata este Capítulo, terão dotação orçamentária específica e o prazo de contratação será estabelecido na Lei específica que autoriza a contratação.

A emergencialidade e prazo são características para que o Poder Executivo possa realizar a contratação temporária.

A questão emergencial deverá atender a uma necessidade estipulada, que conclui que seja temporária. Razão pela qual o prazo deverá ser exposto, pois a situação é excepcional, a fim de que caracterizar a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

"Nossa terra, nossa gente, a mais bela e mais querida."

contratação temporária pelo Poder Executivo, dos cargos elencados no referido Projeto de Lei.

A justificativa do Projeto de Lei informa que a contratação tem por escopo suprir a necessidade de trabalho, uma vez que não há profissionais suficientes no quadro de carreira para atender a demanda existente e suprir possíveis ausências em decorrência de aposentadorias, readaptações e licenças de qualquer natureza junto as unidades de ensino municipal, conforme justificativa elencada pelo Poder Executivo anexada ao Projeto de Lei.

Pelos fatos expostos, entendem-se pela regularidade do trâmite do Projeto de Lei, Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências.

Eduardo Pacheco Hubner
OAB/RS 75.023
Assessor Jurídico



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO**

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 006/2017

“Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Merendeiras, Operários, Motorista e dá outras providências.”

Art.1º Ficam suprimidos os **03 cargos de MOTORISTA** e os **05 cargos de OPERÁRIOS**, constantes no quadro de contratações temporárias do Projeto de Lei nº 006/2017.

Art.2º Os demais cargos, do Projeto de Lei nº 006/2017, permanecem inalterados.

Art.3º Esta Emenda entrará em vigor na data de sua aprovação.

Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, em 12 de janeiro de 2017.


DIONE CORTINAZ DE SOUZA

Vereadora Proponente

CLAUDIR SILVA

Vereador


PEDRO SILVESTRE DA ROCHA COSTA

Vereador

Vereador Cláudio não assina.
Ata nº 001/2017.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

"Nossa terra, nossa gente, a mais bela e mais querida."

JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 006/2017

As alterações solicitadas por essa Bancada através da presente emenda vêm alicerçadas nos seguintes termos:

- a) Não foi apresentado o Estudo de Impacto Financeiro referentes às contratações;
- b) Existem motoristas e operários efetivos suficientes para atender as necessidades do poder Executivo;
- c) Essa Bancada zela pela realização de concurso público e também pelo cumprimento da folha de pagamento do Município.

Em sendo assim, apresentamos a presente Emenda adequando o projeto apresentado pelo Executivo à realidade de crise vivida nos dias de hoje.

Barra do Ribeiro, 12 de janeiro de 2017.

Dione Cortinaz Souza
Vereadora

Claudir Silva
Vereador

Pedro Silvestre Rocha Costa
Vereador



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO**

"Nossa terra, nossa gente, a mais bela e mais querida."

Parecer Jurídico referente a Emenda ao Projeto de Lei n.º 006/2017

A presente Emenda visa a supressão dos 03 cargos de MOTORISTA e os 05 cargos de OPERÁRIOS, constantes no quadro de contratações temporárias do Projeto de Lei n.º 006/2017.

A possibilidade de Emenda a legislação está alicerçada no Art. 133 e Art. 150 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Assim, pelos fatos expostos, atendida a legislação, entende-se pela regularidade do trâmite da Presente Emenda do Projeto de Lei supracitado.

Este é o Parecer ao Projeto de Lei.

Barra do Ribeiro/RS, 12 de janeiro de 2017.

Eduardo Pacheco Hubner
Assessor Jurídico
OAB/RS 75.023



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO**

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER COMISSÃO REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 006

Aos doze dias do mês de janeiro de 2017, na sala dos Vereadores da Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, situada na Av. Visconde do Rio Grande, 1690, às 18h a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, integrada pelos Vereadores, Lucas Campos da Silva, Claudir da Silva e Cirineu Luis Iplinski, conforme Portaria nº 09/2017, examinando o Projeto de Lei nº 006, resolve acompanhar o Parecer Técnico da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal em anexo, manifestando-se favorável a apreciação dos mesmos, tendo em vista que possuem condições de serem submetidos ao Plenário na Sessão Extraordinária do dia 12/01/2017.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, 12 de janeiro de 2017.


LUCAS CAMPOS DA SILVA

Vereador Presidente


CLAUDIR DA SILVA

Vereador Secretário


CIRINEU IPLINKI
Vereador Relator



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO**

PARECER COMISSÃO REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 006

Aos doze dias do mês de janeiro de 2017, na sala dos Vereadores da Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, situada na Av.Visconde do Rio Grande, 1690, às 18h a Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento, integrada pelos Vereadores, Athos do Amaral Maicá, Claudir da Silva e João Francisco Silva Feijó, conforme Portaria nº 09/2017, examinando o Projeto de Lei nº 006, resolve acompanhar o Parecer Técnico da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal em anexo, manifestando-se favorável a apreciação dos mesmos, tendo em vista que possuem condições de serem submetidos ao Plenário na Sessão Extraordinária do dia 12/01/2017.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, 12 de janeiro de 2017.

ATHOS DO AMARAL MAICÁ

Vereador Presidente

CLAUDIR DA SILVA

Vereador Secretário

JOÃO FRANCISCO SILVA FEIJÓ

Vereador Relator